

## Editorial

Recentemente tenho lido a última edição, revisada, de *Our enduring values revisited librarianship in na ever-changing world*, livro já “clássico” de Michael Gorman, publicado pela primeira vez pela ALA em 1999 e agora, em 2018, pelos tipos da Firenze University Press<sup>1</sup>, em uma edição editada pelo Professor Guerrini, da própria Universidade de Florença, e isso tem aguçado minhas atenções para os *papers* que, em seus conteúdos, objetivos e metodologias se espelham nas proposições de Gorman. O projeto de biblioteca de Gorman não pode, simplesmente, ser considerado um “manual” da Biblioteconomia, pois não existem, atualmente, as condições para lidar com as bibliotecas como imaginadas pelo autor. Talvez seja interessante manter claro esse projeto de biblioteca enquanto manifestação explícita de um espírito de resistência sobre princípios de um direito fundamental, o direito à informação. As formulações de Gorman se fundamentam nos enunciados destinados a fundamentar a República das Letras. No âmbito das reflexões sobre bibliotecas, tais enunciados e as práticas deles decorrentes se inscrevem entre o século XVI e XVII, abrangendo Gessner (autor da *Bibliotheca Universalis*), o Cardeal Borromeu (fundador da Biblioteca Ambrosiana), Gabriel Naudé (autor do *Advis pour dresser une bibliothèque*) entre muitos outros. Trata-se de autores inseridos em uma teia intelectual de frequentações pessoais, de leituras, de políticas que não devem ser esquecidas nos estudos do campo da informação.

Gessner, médico e naturalista, humanista em primeiro lugar, compilou sua obra ainda na primeira metade do século XVI. Sem entrar na estrutura intrínseco de sua proposta bibliográfica, observa-se a base de um princípio claro: a informação deve ser completa, clara, ordenada e sem restrições. Borromeu é apontado como o primeiro (seguido por Bodley na Inglaterra) a instituir uma biblioteca pública. Em 1627 Naudé, então jovem bibliotecário erudito, resolve tomar parte em uma polêmica sobre o que hoje chamaríamos de acesso à informação, e o faz instruindo o bibliotecário sobre suas responsabilidades na “classificação” dos documentos. Entre aspas, pois Naudé entrelaça um desenho de Estado Absolutista ao papel da biblioteca como centro de informação e conhecimento, tanto “de ponta” bem como “tradicional”, tanto aprovado pelas autoridades quanto polêmico e considerado sedicioso ou pernicioso. Muito bem, a posição chave de Naudé é libertina, pois nada deve ser vedado, mas

---

<sup>1</sup> GORMAN, Michael. *I nostri valori rivisti: la biblioteconomia in un mondo in trasformazione*. Firenze: FUP, 2018.

deve ser oferecido acompanhado por outras sugestões de leitura, permitindo que o leitor construa sua própria perspectiva. O conceito chave que pode ser observado é sobre a necessidade de sair da ideia binária, ainda medieval, de informação “verdadeira” ou “falsa”. Para Naudé (e para os intelectuais libertinos de sua época), se coloca a necessidade de pensar uma alternativa ao critério de verdadeiro e falso. Observa-se, aqui, o núcleo de um conhecimento que é produzido por comunidades de estudiosos que, cada vez mais, embasam suas afirmações na experiência e em métodos científicos.

Por outro lado, observa-se que essas manifestações não despontam em condições socialmente neutras. Gessner é um calvinista suíço, em época de reformas religiosas. Borromeu, por outro lado, pertence à geração dos altos prelados que vivenciaram a estação da Contrarreforma do Concílio de Trento. É a mesma geração do jesuíta Possevino, compilador da bibliografia da Biblioteca Vaticana. Por suas obras, tanto Borromeu quanto Possevino são presenças históricas com que a Biblioteconomia deve se confrontar, quando busca entender o papel desempenhado pelas bibliotecas enquanto instituições na organização dos conhecimentos face os princípios do poder que as sustenta. Naudé escreve seu libelo no âmbito de uma polêmica que apontava a necessidade de assumir uma posição, por parte das bibliotecas, sobre a natureza confiável das fontes face as ideias de “verdade” religiosa ou de natureza experimental. Infelizmente, a República das Letras acabou considerando Naudé “velho” em suas concepções políticas e não reconheceu por ter permitido, através de sua ideia de biblioteca, o desenvolvimento das Luzes.

Gorman, em seu livro, trata de ideais de bibliotecas em uma realidade referencial anglo-saxônica, mas a matriz que fundamenta sua proposta se encontra na mesma época de Gessner, Borromeu, Possevino e Naudé.

Essas considerações me parecem necessárias, visto o contexto atual em que a produção de conhecimento enfrenta grandes obstáculos. A leitura de Gorman, ou a releitura das “bases” filosóficas da moderna Biblioteconomia tornaram-se eficazes instrumentos de reflexão sobre a sociedade que ambicionamos e o papel que a informação ocupa nessa ambição. Os conflitos políticos atuais sobre educação, universidades, meio-ambiente, racismo, homofobia, deslocaram os debates no falso plano da ideologia lá onde é necessário voltar para outro momento que não o do marxismo, mas das disputas entre a ciência medieval e a Modernidade.

Eis que, nesses tempos de crise que obriga a tomar uma posição sobre os princípios que regem a Modernidade, a biblioteca como lugar de um conhecimento “confiável” deixa de ser

um jargão, para adquirir o papel possível de antídoto à anti-ciência, à onda de *fake-news*, ao embrutecimento das relações políticas. A partir disso, muito deve ser oferecido à comunidade da Ciência da Informação, da Biblioteconomia, do setor de museus e de arquivo para moldarmos ferramentas que permitam a construção e manutenção do conhecimento, seja em lugares físicos como imateriais em que a informação seja acessíveis a todos, compreensíveis a todos, fidedigna em suas fontes e referências.

É com prazer, assim, que esse número da InCID oferece um conjunto de artigos que, a nosso ver, caminham nessa direção, isso é: de reflexão atenta sobre as relações entre os poderes e a informação em uma sequência de artigos que discutem problemas e métodos que queiram ou não os autores, encontra boas raízes em autores já antigos por tantas coisas, mas tão modernos em suas posturas.

Os artigos “Cultura, ideologia e hegemonia: Antonio Gramsci e o campo de estudos da informação”, “Silêncios e formas de verdade: a historicidade das práticas arquivísticas e arquivos do regime militar”, “Las injusticias informativas como injusticias epistémicas”, “Acervos privados de presidentes da República no Brasil: entre as noções de propriedade privada e de interesse público”, “As músicas da Era Vargas e o registro da Memória Social sobre as eleições presidenciais”, “Política de indexação e ética: uma análise de valores éticos em manuais de política de indexação”, “Ação formativa para o desenvolvimento de competências no setor de referência” constituem um primeiro bloco que abrem caminhos para reflexões e práticas no campo informacional de natureza política e ética, apontando para o interesse em construir modelos informacionais que remetam ao desenho da Modernidade, através de uma teia de autores que tornam a informação confiável na medida em que ela é produzida e reconhecida no âmbito de um sistema que, para se sustentar, requer a validação social de cientistas, universidades, centros de pesquisa. Por sua vez, se em uma biblioteca o conhecimento registrado é validado, o bibliotecário, enquanto responsável pela instituição biblioteca, adquire autoridade, na medida em que possui as competências intelectuais para selecionar, organizar e disponibilizar os registros, “certificando” sua qualidade (sublinhando novamente, não relativas a uma verdade absoluta).

Se alguns entre estes primeiros artigos explicitam as inquietações sobre a constituição de fontes confiáveis pela sua organização, os artigos que seguem também são marcados por esses princípios modernos de informação, pois todos se caracterizam pela preocupação de

tornar acessível a informação, da maneira mais ampla e clara possível. Na atualidade, isso tornou-se um elemento do qual a InCID não abre mão.

Por fim, a revista oferece uma entrevista ao professor Armando Malheiros (Universidade do Porto), em que individuei os princípios que permeiam esse número da InCID, no meu “sentir” aguçado pela leitura de Gorman, que se tornaram pauta de discussão.

Desejo uma boa leitura, pedindo desculpas pelos problemas dos tempos de avaliação, mas, como é sabido, confiamos no sistema *double blind peer review*, que implica na escolha de muitos pareceristas que sempre queremos ser da melhor qualidade acadêmica.

Giulia Crippa  
Editora chefe